



13A EM CUIABÁ

Ato reforça luta contra cortes na educação

Página 3

ARTIGO

As esquerdas encurraladas

Página 4

EBSERH

Trabalhadores voltam a ganhar grau máximo

Página 2



PODE PIORAR

A aflição do serviço público

A Condsef/Fenadsef alerta para um futuro apocalíptico no Brasil, sem atenção aos serviços públicos

O Brasil pode atingir o menor patamar de investimentos públicos no próximo ano, marca histórica e preocupante que pode representar queda de até 40% em relação a 2019. No País cuja renda per capita é de R\$ 1.373 e onde 13 estados agonizam com números abaixo do salário mínimo, o oferecimento de serviços públicos gratuitos é necessidade, além de direito constitucional assegurado a todos. Se hoje o setor público apresenta complicações e defasagens, há de se culpar única e exclusivamente a ausência de investimentos do Estado, que resulta em uma população desamparada, empobrecida, desassistida.

A Condsef/Fenadsef alerta para um futuro apocalíptico no Brasil, sem atenção aos serviços públicos. "Nosso País é um dos mais desiguais do mundo e, apesar do sofrimento que a maioria dos brasileiros carregam consigo, existe um imaginário utópico, cruel e deturpado de que o setor

privado é melhor, mais eficiente e preocupado com o social. Nada mais equivocado do que isso. O setor privado visa o lucro, não o bem-estar da população", comenta Jussara Griffó, secretária de administração da Condsef/Fenadsef.

"O serviço privado é disponível apenas para quem pode pagar. Ai eu te pergunto: quem recebe R\$ 1.300 mensais, que é maior parte da população brasileira, consegue pagar plano de saúde, faculdade e escola, além de todos os impostos que já destinamos ao Estado para que haja investimentos públicos? Não consegue, não. E mesmo se conseguisse, o que é praticamente impossível, existem ainda outros tantos milhões de brasileiros que ganham menos do que um salário mínimo. Direitos sociais fundamentais são para todos, não apenas para quem pode pagar", critica Jussara.

Mais preocupações - A Emenda Constitucional 95, aprovada no governo de Mi-

chel Temer, congelou os investimentos públicos pelos próximos 20 anos. A decisão, segundo Jussara, é uma estratégia muito bem articulada, pensada a longo prazo, para esvaziar de vez o serviço público e forçar privatizações em massa que já estão sendo anunciadas. Se grande parte dos investimentos do Estado são destinados ao pagamento de pessoal, não é porque há trabalhadores demais na União, pelo contrário.

Jussara Griffó explica que os investimentos são tão pequenos que não comportam gastos que deveriam ir para manutenção predial, infra-estrutura, materiais, equipamentos, tecnologia e outros itens necessários para a prestação de serviços de qualidade. "Pagam só o que são obrigados a pagar, que são os servidores, mas esses trabalhadores, por sua vez, são abandonados à própria sorte em seus locais de atuação, sem recurso algum para

Foto: Mário Hashimoto



Jussara: "Direitos sociais fundamentais são para todos"

poder executar suas funções", reclama Jussara.

A situação que é ruim pode piorar e muito. O especialista do Diap, Antônio Queiroz, alerta para as consequências do Pacto Federativo que o governo já está debatendo. Segundo o analista político, o governo deve apresentar uma proposta que desregulamenta, desindexa e desobriga despesas orçamentárias. Isso significa que todo ano o orçamento vai partir do zero, retirando as despesas obrigatórias. O que já está congelado e agonizado pelo Teto dos Gastos, pode sucumbir de vez sem orçamento algum. (com Condsef)

Fotos: Mário Hashimoto



ELEIÇÕES 2019

Foi realizado no dia 16, na sede do Sindsep-MT, Assembleia Geral Extraordinária. Na ocasião, além dos informes e análises de conjuntura, foi constituída a Comissão Eleitoral (foto dir.) que irá conduzir o pleito do Sistema Diretivo do sindicato deste ano. A reunião contou com as presenças do presidente da CUT-MT, João Dourado, do diretor da Condsef/Fenadsef, Marizar Mansilha de Melo e grande maioria da diretoria executiva.



Foi dada a largada para o pleito do Sistema Diretivo do Sindsep

De acordo com a Comissão Eleitoral, a eleição para o triênio 2019/2022 se dará no dia 20 de setembro e no dia 23 será divulgado o resultado

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso - Sindsep-MT divulgou no último dia 30, que às 17 horas deste dia foi encerrado o prazo para apresentação de requerimento de registros de chapas para concorrer as eleições para o Sistema Diretivo Triênio 2019/2022, ocasião em que recebeu a tempo, apenas o requerimento da Chapa "SINDSEP INDEPENDENTE, DE LUTA E DEMOCRÁTICO" com a seguinte composição: Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretária Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretária Geral: Damásio de Souza Pereira; Secreta-

ria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretária de Finanças: Luciano Marcio Gazzani; Secretária de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretária de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretária Para Assuntos Jurídicos: Maurício Alves Rattacaso Júnior; Adj. Secretária Para Assuntos Jurídicos: Edilson César Cunha; Secretária de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretária de Formação e Política Sindical: Cícero José da Silva; Secretária do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretária do Interior: Albir Alves de Brito; Secretária de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretária de Imprensa e Comunicação: Celso Alfredo Simon; Secretária de

Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretária de Aposentados e Pensionistas: Conceição Corrêa Costa Itacaramby; Secretária da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretária da Saúde do Trabalhador: Aderbal Castro Queiroz; Secretária dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretária dos Anistiados e Demitidos: Selmo Jacinto de Oliveira; Secretária de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretária de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretária dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nasci-

mento; Adj. Secretária dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sergio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuza Divina de Jesus; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

A Comissão ressalta que no site do sindicato (www.sindsepm.org.br) há um link onde está sendo divulgado todas as informações em relação ao pleito.

EBSERH

Trabalhadores voltam a receber insalubridade de grau máximo

Vários setores tiveram reduzidos o percentual desde fevereiro do ano passado

O departamento jurídico do Sindsep-MT, através da advogada Adriane Santos dos Anjos, moveu ação coletiva junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) que administra o Hospital Universitário Júlio Müller. A empresa reduziu desde fevereiro de 2018 o percentual de insalubridade de grau máximo para grau médio em vários setores como a ACCR - Acolhimento e classificação de risco, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Centro Cirúrgico, UTI Neonatal e UTI Adulto, que atuam em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas.

Após a conclusão dos trabalhos periciais, o juiz proferiu a sentença que deu ganho de causa ao sindicato e conseqüentemente aos trabalhadores da Ebserh que porventura tiveram seu percentual de insalubridade reduzido. O Sindicato dos Médicos também havia ajuizado uma ação civil pública nesse sentido e para que não houvesse divergências nas sentenças, o juiz titular do Trabalho, Wanderley Piano da Silva, reuniu as duas ações, tanto que o laudo pericial foi aproveitado em ambos processos.

O juiz ainda deu prazo à empresa para que em 30 dias após o trânsito em julgado, reestabeleça o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo a seus em-



Advogada do Sindsep Adriane dos Anjos

pregados de quaisquer funções que atuem durante toda a jornada nos seguintes setores: UTI Neonatal, UTI Adulto, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Clínica de Ginecologia e Obstetrícia, Clínica Cirúrgica, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 ao mês por cada trabalhador, a ser a eles revertida, condenando ainda, ao pagamento a referidos profissionais das diferenças devidas entre o adicional pago em grau médio a partir de fevereiro de 2018 e o reestabelecimento do pagamento em grau máximo, com reflexos em 13º salários, férias + 1/3 e FGTS.

Auxílio-alimentação - O sindicato ajuizou ainda uma outra ação trabalhista contra a Ebserh para garantir o fornecimento de alimentação aos trabalhadores durante os plantões já que a partir do dia 1 de setembro a empresa suspenderá o pagamento em pecúnia do auxílio-alimentação.

INFORME

Conheça melhor o nosso Departamento Jurídico

O Sindsep/MT presta atendimento jurídico gratuito aos filiados em questões relacionadas ao trabalho como por exemplo: questionamento de avaliação de desempenho, assédio moral, sexual no ambiente de trabalho e correção do enquadramento funcional. Para os filiados, o sindicato arca com as custas judiciais de todas as ações judiciais, que lograrem êxito ou não, bem como com os honorários de sucumbência. No caso de ação vitoriosa, o beneficiário pagará apenas o importe de 12% de honorários advocatícios. A seguir relacionaremos as ações que o sindicato está ajuizando. Veja se você ou alguém conheça se enquadra nas condições estabelecidas.

- 1) RECEBIMENTO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO
 - Quem pode entrar: Servidores que se aposentaram nos últimos cinco anos e não usufruíram a licença prêmio e nem usaram na contagem de tempo de serviço para aposentadoria.
 - Documentos necessários: a) Cópia do RG e CPF; b) Comprovante de residência, c) Comprovações de despesas que atestem a hipossuficiência (conta de luz, água, condomínio, aluguel, plano de saúde, empréstimos, etc) d) Declaração de hipossuficiência; e) Declaração do órgão que a licença prêmio não foi usufruída nem foi utilizada para aposentadoria; f) Fichas financeiras de um ano antes até a data da aposentadoria g) Procuração
- 2) INDENIZAÇÃO DO PASEP
 - Quem pode entrar: Servidores que ingressaram no serviço público antes da promulgação da Constituição de 1988 e sacaram o PIS/PASEP nos últimos cinco anos.
 - Documentos necessários: Cópia do RG e CPF; Comprovante de residência, Comprovações de despesas que atestem a hipossuficiência (conta de luz, água, condomínio, aluguel, plano de saúde, empréstimos, etc) Declaração de hipossuficiência; Declaração do órgão que a licença prêmio não foi usufruída nem foi utilizada para aposentadoria; Extratos do PASEP (requeridos diretamente nas agências do Banco do Brasil, sendo que extratos anteriores a 1999 é necessário solicitar a microfilmagem de todo período) Procuração Último contracheque
- 3) INCORPORAÇÃO DA GACEN
 - Quem tem direito: Assim sendo, o servidor inativo ou pensionista de servidor que exerceu efetivamente os cargos previstos no art. 54 da Lei nº 11.784/2008 ou nos Art. 284, 284-A da Lei nº 11.907/2009, e se aposentou até Emenda Constitucional nº 41/2003, com a paridade de vencimentos, ou que obedeceu as regras de transição, tem direito a receber a GACEN no mesmo valor que os servidores da ativa que ocupam os respectivos cargos, nos termos do § 8º do art. 40 da CF.
 - Documentos necessários: Cópia do RG e CPF; Comprovante de residência, Comprovações de despesas que atestem a hipossuficiência (conta de luz, água, condomínio, aluguel, plano de saúde, empréstimos, etc) Declaração de hipossuficiência; Procuração Ficha financeira dos últimos cinco anos

- 4) Contagem do tempo de afastamento de anistiado para efeito de aposentadoria
 - Quem pode entrar: Empregados e servidores públicos anistiados pela Lei 8.878/94 e reintegrados ao serviço público.
 - Documentos necessários: Cópia da CTPS onde conste a data de demissão e a data de retorno ao serviço público; Cópia do RG e CPF Declaração Funcional caso ainda esteja na tiva e/ou portaria de retorno ao serviço público Procuração Questionário do INSS Requerimento

PLANTÃO JURÍDICO		
DIA	HORÁRIO	LOCAL
SEGUNDA-FEIRA	09:00 ÀS 13:00	SINDSEP/MT
TERÇA-FEIRA	09:00 ÀS 13 COM AGENDAMENTO	SINDSEP/MT
QUARTA-FEIRA	09:00 ÀS 13:00 COM AGENDAMENTO	SINDSEP/MT
QUINTA-FEIRA	09:00 ÀS 13	SINDSEP/MT
SEXTA-FEIRA	09:00 ÀS 13:00	SINDSEP/MT

Os agendamentos poderão ser feitos através dos telefones: (65) 3023-7000 – Setor Jurídico.

SINDSEP/MT ITINERANTE

O Sindsep/MT itinerante é um serviço móvel do sindicato para atendimento jurídico em questões trabalhistas, filiação, acolhimento de pauta de reivindicações, denúncias e reclamações, e que atende diariamente nas portarias dos ministérios e demais órgãos do Executivo Federal existentes em MT. A agenda de atendimento é definida conforme a demanda, o filiado interessado em levar o Sindsep/MT itinerante deve entrar em contato para realizar o agendamento.

ACT 2019/2020

Segue o impasse e Ebserh sugere prolongar a atual por mais 60 dias

A Ebserh sugeriu o prolongamento do atual ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) dos empregados da Ebserh por mais 60 dias. O prazo que ampliou esse período termina amanhã sem que empresa e empregados tenham alcançado ainda um consenso sobre o ACT 2019-2020. A Condsef/Fenadsef considera extenso o prazo de dois meses e sugere que seja fixado em 30 dias. A entidade espera que a próxima reunião bilateral no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que está mediando o processo de negociação, consiga destravar os pontos ainda não superados no processo de diálogo entre empregados e empresa.

O secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva, pede que a categoria siga mobilizada para que impasses apresentados possam ser superados. "Como é sabido, a empresa se

pronunciou nos autos do processo que está no Tribunal Superior do Trabalho propondo a prorrogação do atual ACT por mais 60 dias, mas achamos que é um prazo muito dilatado. Os nossos advogados já entraram em contato com o Tribunal concordando com a prorrogação, já que neste dia 30/08 encerra o acordo aditivado, mas por apenas 30 dias. Achamos que 60 dias é um exagero e estamos solicitando também que o TST convoque uma reunião bilateral com a Fenadsef e demais entidades que estão subscrevendo o acordo e a empresa, para que possamos sentar à mesa, mediados pelo Tribunal para que a gente possa superar os impasses. Disposição nossa em dialogar existe, mas não queremos mais que esse processo se estenda por um período superior a 30 dias", disse Sérgio Ronaldo, em vídeo postado na página da Condsef.

Fotos: Mario Hashimoto



Milhares de pessoas se concentraram na praça Alencastro, seguido de uma marcha nas principais ruas da capital



13A EM CUIABÁ

Ato reforça luta contra reforma da Previdência e cortes na educação

“Falta a mobilização da classe trabalhadora, das instituições que se preocupam com projeto de nação”.

Com estudantes e classe trabalhadora, foi realizado em Cuiabá o #13A, o Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Greves Contra a Reforma e Contra os Cortes na Educação. A concentração foi na Praça Alencastro seguindo de uma marcha pelas ruas da capital. Cerca de 200 cidades participaram com atos reunindo milhares de pessoas em todo país e em Cuiabá não foi diferente.

A mobilização deste dia 13 de agosto também teve como pauta a defesa da educação, encabeçada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Os recentes cortes no orçamento do Ministério da Educação (MEC) promovidos pelo governo Bolsonaro afetam diretamente universidades, institutos federais e até a educação básica.

No fim do mês de abril, o corte foi de R\$ 1,7 bilhão do setor. Um novo bloqueio no orçamento do MEC, no valor de R\$ 348 milhões, e afetará a aquisição e distribuição de centenas livros didáticos que atenderiam crianças do ensino fundamental de todo o país.

Trabalhadores na luta, nas ruas - A mobilização de sindicatos, de setores da academia e de instituições que se preocupam com um projeto de nação para o Brasil é o único caminho para a garantia de direitos conquistados com muita luta. Mecanismo criado com essa finalidade, o princípio constitucional do não retrocesso vem sendo atropelado por seguidas medidas que flexibilizam o direito tra-

balhista. É o que defenderam especialistas em direito do trabalho reunidos no primeiro debate do 6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde: acidentes, adoecimentos e sofrimentos. O evento teve início no dia 26, sediado na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, região central da capital.

“Vivemos um retrocesso político. A flexibilização trabalhista de 2017 passou por cima do princípio do não retrocesso. Do mesmo modo, a criação do trabalho temporário, na década de 1990, e do banco de horas, em 1998. Convivemos cada vez mais com a desproteção da saúde dos trabalhadores, em que a culpa é exclusivamente da vítima, mesmo em acidentes de trabalho ocorridos em ambiente inapropriado. Flexibilizações essas que foram sendo feitas sem resistência”, destacou Jorge Luiz Souto Maior, desembargador da Justiça do Trabalho e professor do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social na Faculdade de Direito da USP.

O que falta, na sua opinião, é a sociedade nas ruas. “Falta a mobilização da classe trabalhadora, das instituições que se preocupam com projeto de nação. E também o diálogo entre a política, não a partidária, com o mundo do direito, já que o direito pode pouco. Caso contrário vamos ficar reproduzindo engodos, como o princípio do não retrocesso. O direito não tem nos salvado”, disse. (com CUT Nacional)



Alerta: Enfraquecimento da Conab acompanha aumento da fome no Brasil

Afome avança no Brasil e no mundo. Com o País enfrentando esse problema, empregados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estão no movimento em busca de apoio para fortalecer órgão. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, acompanhado do presidente do Sintsep-AL, Jorselson Veras, esteve em Maceió (AL) onde aconteceu na Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) um debate amplo e ato em defesa da Conab.

Um dos reflexos mais trágicos da crise econômica e política, agravada especialmente a partir de 2016, é justamente o aumento da fome. Mais de 5 milhões de brasileiros voltaram a enfrentar o problema. O último relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta que esse é o terceiro aumento seguido que vem acompanhado de outro indicador cruel para a sociedade: o aumento da desigualdade. O Brasil atingiu o pior momento de sua série histórica. Os dados do estudo "A Escalada da Desigualdade", foi lançado na quinta, 15, pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). (com Condsef)

CUT, movimentos sociais e parlamentares se unem para defender a floresta amazônica

Um grupo que reúne a CUT, movimentos sociais, parlamentares, ambientalistas, indígenas e ONG's que defendem o meio ambiente, lançaram o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia, na última quarta-feira (28), no Congresso Nacional em Brasília. De acordo com as entidades, o Fórum é uma iniciativa primordial para o enfrentamento à destruição da floresta amazônica - um dos maiores patrimônios nacionais.

Destaque no mundo inteiro nas últimas semanas, a região tem sofrido com incêndios criminosos que devastam grandes áreas, trazendo consequências irreversíveis ao meio ambiente.

As primeiras ações do grupo já se deram na própria reunião de lançamento, com a cobrança da demissão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com base na prerrogativa de que a atual situação na Amazônia demonstra uma total incapacidade de gerir políticas ambientais.

Outra ação foi entregar um documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em que pedem a suspensão da tramitação de projetos de lei que flexibilizam a atividade agropecuária na região e permitem a degradação do meio ambiente e a saúde da população da Amazônia.

De acordo com as entidades, Maia se comprometeu a não pautar temas como a expansão da atividade agropecuária e de flexibilização de licenças ambientais.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
 Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
 Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
 E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
 Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **1º Sec. Geral:** Damásio de Souza Pereira; **2º Sec. Geral:** Hobson Aparecido Correa; **1º Sec. de Finança:** Gildásio Ferreira Gomes; **2º Sec. de Finança:** Sebastião de Jesus; **1º Sec. de Administração:** Enildo Gomes; **2º Sec. de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **1º Sec. de Ass. Jurídico:** João Bosco de Moraes; **2º Sec. de Ass. Jurídico:** Idivaldo B. De Oliveira; **1º Sec. de Formação e Política Sindical:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **2º Sec. de Formação e Política Sindical:** Lurdes Fernandes Rosa; **1º Sec. do Interior:** Benedito Assis da Silva; **2º Sec. do Interior:** Albir Alves de Brito; **1º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **2º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **1º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **2º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Zelairdes Rodrigues Leite; **1º Sec. Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **2º Sec. Saúde do Trabalhador:** Deusdete Cabral; **1º Sec. Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **2º Sec. Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **1º Sec. de Cultura:** José Olímpio da Silva Neto; **2º Sec. de Cultura:** Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinéia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademir Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

ARTIGO

AS ESQUERDAS ENCURRALADAS

Aversão à crítica gerou militantes com pendores fascistóides que, diante de qualquer crítica, ao invés de debater o conteúdo, partem para a agressão. São bolsonaristas de sinal invertido.

ALDO FORNAZIERI*

As esquerdas estão encurraladas. Encurraladas por si mesmas e encurraladas por Bolsonaro. Há uma evidente incapacidade de as esquerdas se pensarem a si mesmas, de desenvolverem uma crítica acerca de si mesmas, de suas trajetórias, de suas derrotas e de suas estratégias. Essa perda de capacidade crítica e autocrítica está jogando as esquerdas para fora do jogo político do poder, fazendo-as perder a própria noção de rumo e de sentido de sua ação política. Ou seja, as esquerdas perderam a própria noção de estratégia. Esta aversão à crítica gerou militantes com pendores fascistóides que, diante de qualquer crítica, ao invés de debater o conteúdo, partem para a agressão. São bolsonaristas de sinal invertido.

Os partidos em geral, incluindo os de esquerda, são sustentados pelo dinheiro público, pelo dinheiro do contribuinte. Portanto, devem ser submetidos à crítica pública e ao debate público de suas propostas, de suas ações e atitudes. Na era das redes sociais, o arcaísmo das esquerdas as faz acreditar que podem resolver os seus problemas, as suas políticas, as suas táticas e as suas estratégias no segredo de suas catacumbas burocráticas. Essa misantropia política afastou os partidos das bases sociais e da juventude e quando eles se aproximam da sociedade o interesse é quase que exclusivamente eleitoral. Resultou que os partidos de esquerda se tornaram partidos de gabinetes.

Incapazes de olhar para si mesmas, as esquerdas estão encurraladas por Bolsonaro. Com o passar dos dias do governo Bolsonaro, as esquerdas e o bolsonarismo vão desenvolvendo um mútuo desejo mimético: o que um quer o outro quer. Bolsonaro quer destruir as esquerdas, as esquerdas querem destruir Bolsonaro; Bolsonaro tem e quer mais poder, as esquerdas querem o poder de Bolsonaro; Bolsonaro odeia as esquerdas, as esquerdas odeiam Bolsonaro; Bolsonaro tem se mostrado corajoso no governo em atacar seus inimigos, as esquerdas gostariam que, quanto no poder, os seus governantes tivessem a coragem de Bolsonaro para atacar os inimigos; Bolsonaro despreza o povo e o vê apenas do ponto de vista do seu interesse pelo poder; as esquerdas culpam o povo por ter eleito Bolsonaro.

Nessa escalada de mútua fixação, de ódio mútuo, Bolsonaro perdeu a capacidade de governar e de pensar o seu governo e as esquerdas perderam sua capacidade de pensar a si mesmas, sua crise, suas estratégias e seus rumos. O que não falta são ataques de Bolsonaro às esquerdas e os ataques das esquerdas a Bolsonaro. Bolsonaro ocupou, povoou e dominou o pensamento das esquerdas e as atormenta todo dia, toda hora, todo minuto.

Os ataques das esquerdas a Bolsonaro, contudo, são inconsequentes, virtuais, impotentes, ilusórios. Os partidos de esquerda foram incapazes de promover qualquer ato contra a fúria destrutiva do governo Bolsonaro. No máximo, são caudatários das poucas mobilizações de movimentos sociais, a exemplo da luta pela educação. Os movimentos sociais, fragmentados e sem uma direção universalizante dos partidos, não são capazes de gerar potência. O terceiro tsunami da educação, ao menos em São Paulo, foi uma marolinha, para usar uma tirada do Lula.

As esquerdas não serão capazes de enfrentar a direita e Bolsonaro de forma consequente e eficaz se não se repensarem a si mesmas, se não repensarem suas estratégias, seus dilemas, seus desafios. Para isto é preciso abrir um amplo debate público e dialogar com a juventude, com as periferias, com os trabalhadores, com as mulheres, com os negros, com as classes médias. As esquerdas estão inseridas em duas crises: uma crise internacional, com o seu recuo e com a ascensão da extrema-direita; e uma crise no Brasil, com as sucessivas derrotas e com a incapacidade de enfrentar o governo Bolsonaro.

Ao se tornarem coadjuvantes dos partidos de centro liberal, os partidos de centro-esquerda colapsaram, com o esvaziamento do conteúdo democrático das instituições, com a crise dos sistemas políticos. Não foram capazes de oferecer saídas para as mazelas da globalização e para o aumento da desigualdade e da pobreza. Não foram capazes de dar outra perspectiva ao Estado-nação, assentada na justiça, na maior igualdade, na garantia de direitos e na democracia participativa. É nesse vácuo provocado pelo colapso dos sistemas políticos e pelo fracasso do centro e das esquerdas que cresce a extrema-direita, com seu discurso nacionalista e conservador. As esquerdas sofrem uma crise de oferta de políticas e programas eficazes para enfrentar os problemas das democracias e as carências das sociedades.

No enfrentamento do governo Bolsonaro, os partidos de esquerda propuseram a formação de uma frente democrática que não funciona e de uma frente antifascista que ninguém nunca viu. O PT lançou um programa emergencial de geração de emprego e renda de forma quase clandestina. Quer gerar 7,5 milhões de empregos. Mas qual a capacidade que o partido tem para gerar esses empregos? São estratégias equivocadas, pois não é disso que se trata. O que se trata é de formar redes e frentes aglutinando partidos, movimentos, entidades e organizações a partir das lutas e dos temas concretos como o desemprego, a educação, a destruição da Amazônia, a Saúde, a habitação etc.

O que se trata é de formar redes e frentes concêntricas e flexíveis de lutas, com o protagonismo de várias lideranças e organizações. Mas na sua vaidade, na sua arrogância e no seu egoísmo, os dirigentes partidários não são capazes de estabelecer uma eficaz distribuição de tarefas e de responsabilidades entre líderes, partidos, movimentos e organizações.

Bolsonaro opera sobre o colapso do sistema político-partidário e institucional que emergiu da crise do governo Dilma, do golpe-impeachment e do fracasso do governo Temer. Ele aprofunda, de forma deliberada, esse colapso, esvaziando e destruindo instituições e intervindo e dominando os mecanismos de controle, fiscalização e investigação. A sua meta é aprofundar o esvaziamento da vontade política e a descrença nas instituições. Sua forma de exercer o governo consiste em viabilizar mecanismos autoritários e estabelecer uma hegemonia a partir de valores conservadores e religiosos.

As esquerdas deveriam estabelecer uma contra-estratégia recuperando a capacidade de articulação e de organização da sociedade civil, dos movimentos sociais, do campo progressista e dos partidos políticos a partir das lutas concretas. Trata-se de recuperar o sentido das lutas coletivas e de unidade nas lutas, recriando vontades políticas e crenças de que somente através de mobilizações e lutas se podem obter conquistas.

As esquerdas precisam recriar o trabalho de base nas periferias – campo abandonado para o conservadorismo religioso. Mas este trabalho precisa ser desenvolvido com atividade, energia, disciplina, agregação e propostas, pois o discurso de esquerda não encontra a simpatia natural dos pobres e dos trabalhadores. É o discurso conservador que toca mais naturalmente os sentimentos das pessoas, pois as sociedades são conservadoras. Por isto, as esquerdas precisam rever as suas formas de se comunicar e de agir. Precisam rever os seus discursos para convencer, sabendo que no Brasil se trata de uma sociedade fragmentada, dilacerada pela violência, pela desigualdade, pela pobreza. Não será com uma retórica marxista, ultrapassada, dirigida a trabalhadores de uma sociedade industrial que sequer existe que as esquerdas irão recuperar o terreno perdido para a direita e para o conservadorismo.

(*) PROFESSOR DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (FESPSP). PUBLICADO ORIGINALMENTE NO PORTAL GGN



NOME	DIA
ALCEBIADES DA COSTA	03
ALFREDO NILO DA SILVA	25
ATILIA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS	21
BENEDITO MODESTO FELISBINO	07
BENILCE CARVALHO FERREIRA	15
CELESTINO ALVES DE ARRUDA	06
CELMIS LENIZE MONTEIRO	07
CIELENE GOULARTE MOURA	18
DEUSDETE CABRAL	12
DIDINO BATISTA RAMOS	15
DOMERCIO DOMINGOS MAGALAHES	13
EDENAN ANTONIA SANTANA OLIVEIRA	30
EDGAR SANTOS BRANDAO	05
EDI PARADA MARTINS	03
EDMEIA PEREIRA DA SILVA	20
EDUARDO GALICIANI	07
ELBE JOSE DIAS	26
ERASMO EGIDIO DOS ANJOS	01
EVA DA SILVA DE SOUZA	30
FRANCISCO RIBEIRO DUARTE	17
FÁTIMA APARECIDA DE ALENCAR	28
GERALDO MOREIRA	04
JOAO DE CASTRO ARAUJO FILHO	19
JOAO PEDRO DOS SANTOS	19
JOSE ANGELO FRANCO	05
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	03
JOÃO BOSCO DE ALMEIDA SOUZA	02
JOÃO GALDINO DE MEDEIROS	05
JUCILENE CATARINA DE GODOY	04
JUSSARA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	10
KARINA DIAS SIMOES	05
LUCYLENE R. ANTUNES DIAS	29
LUIZ HERNANDE SANABRIA KERSCH	26
MANOEL BENEDITO FERRAZ	11
MANOEL DA GUIA PINHO	25
MANOEL DIAULAS MAIA MIRANDA	25
MANOEL FRANCISCO BARBOSA	22
MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA	19
MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA ALVES	18
MARIA DE SOUSA OLIVEIRA	03
MARIA DO CARMO F. DA SILVA POMPEU	26
MARIA LINA RODRIGUES	24
MARIANO SIMIAO DE SOUZA	05
MAX ANTUNES DA SILVA	08
MIGUEL BATISTA SILVA	08
MIGUEL RODRIGUES MOREIRA	29
MIGUEL XAVIER DOS SANTOS	25
MONTAGAS JONAS CORREA	10
NEISON LEVINO DA SILVA	23
NILO SOARES DE AMORIM	21
OLAVO DE SOUZA JORGE	05
OSCAR DOS SANTOS COQUEIRO	23
OSMAR FERNANDES	08
OSVALDO FRANCISCO DO CARMO	17
PEDRO SERGIO PIMENTEL	09
RAMOS DEOGARIS MELO	08
REGINA MARIA SCHNEIDER	29
RINALDO BERTOLDO DE ARRUDA	24
ROBERTO CARLOS SILVA DE MESQUITA	17
RONALDO CAMILO	24
ROSANA APARECIDA DE SIQUEIRA	05
ROSIVALDO CLEMENTINO DA LUZ	16
RUBENS VIGO	02
SEBASTIAO DE LACERDA CINTRA	29
SEBASTIAO PINTO DA SILVA	03
SEBASTIAO SANTIAGO	14
SEBASTIÃO PEREIRA CAJANGO	09
SONIA MARIA MARTINS CAMPOS	13
VALDINEI DA SILVA PASSOS	29
VANDA DOMINGOS LEITE BARBOSA	26
VANDERLEY MANOEL OLIVEIRA	07
VERA LUCIA FERREIRA DA SILVA	08